

MP sofre novo revÃ©s e TRF-3 solta Ãºltimo preso na operaÃ§Ã£o fratelli

O MinistÃ©rio PÃºblico sofreu mais uma derrota no bojo das denÃºncias da chamada operaÃ§Ã£o fratelli. Na Ãºltima terÃ§a-feira (5/11), o Tribunal Regional Federal da 3ª RegiÃ£o determinou a soltura do empresÃ¡rio OlÃ­vio Scamatti, o Ãºnico que continuava preso pela megaoperaÃ§Ã£o deflagrada em abril por uma forÃ§a tarefa formada por MinistÃ©rio PÃºblico Federal, MinistÃ©rio PÃºblico Estadual e PolÃ­cia Federal.

Ao todo, 15 pessoas foram presas acusadas de comandar um esquema formado pelo grupo apelidado de "mÃ¡fia do asfalto", que teria desviado, desde 2007, quase R\$ 1 bilhÃ£o de 80 municÃ­pios do interior de SÃ£o Paulo. Segundo a denÃºncia, Scamatti seria o lÃ­der do grupo. Foram bloqueados os bens dos acusados no valor de R\$ 36,4 milhÃµes. Depois, em maio, o [TRF-3 reduziu de R\\$ 36,4 milhÃµes para R\\$ 258,7 mil](#) o valor dos bens bloqueados de 13 pessoas presas na operaÃ§Ã£o — diminuiÃ§Ã£o de 99,28% no pedido de bloqueio do MP. Na ocasiÃ£o, o juiz convocado Marcio Mesquita afirmou que a Promotoria apresentou indÃ­cios de desvios em apenas dois convÃªnios, que somados chegariam aos R\$ 258,7 mil.

Nelson Jr./SCO/STF



Nelson Jr./SCO/STF

OlÃ­vio Scamatti deixou a prisÃ£o graÃ§as a um Habeas Corpus acolhido pela 1ª Turma do TRF-3. O empresÃ¡rio Ã© defendido pelos advogados **Zacharias Toron** (*foto*), **Luiza Oliver**, **Luisa Moraes Abreu Ferreira** e **Guilherme Decaro**. Agora todos os acusados respondem ao processo em liberdade.

Ao concluir que falta justa causa para a AÃ§Ã£o Penal por falsidade ideolÃ³gica, a Turma decidiu que nÃ£o havia motivo para Scamatti continuar preso e mandou soltÃ¡-lo. O MPF dizia que os acusados deveriam ter declarado que as empresas que participaram de licitaÃ§Ã£o em Auriflama (SP) eram do mesmo grupo econÃ´mico. Segundo a decisÃ£o, a legislaÃ§Ã£o nÃ£o obriga as empresas a fazer esse tipo de declaraÃ§Ã£o, nem o MPF especificou em qual documento isso deveria ser feito.

"NÃ£o hÃ¡ na lei de licitaÃ§Ã£o regra que prescreva o dever de os licitantes informarem Ã entidade promotora da licitaÃ§Ã£o que sÃ£o integrantes do mesmo grupo econÃ´mico ou que, no quadro societÃ¡rio da empresa, hÃ¡ pessoas que participam de outra empresa que se apresentou ao certame", afirmou o desembargador JosÃ© Lunardeli.

A [decisÃ£o](#) diz, inclusive, que essa informaÃ§Ã£o estava disponÃ­vel para o MinistÃ©rio PÃºblico, bastando uma consulta dos promotores na documentaÃ§Ã£o fornecida pelas empresas que participavam das licitaÃ§Ãµes. Entre os documentos exigidos estavam estatuto ou contrato social, no caso de sociedades comerciais, e certificados de eleiÃ§Ã£o dos administradores, no caso de sociedades por aÃ§Ãµes.

AlÃ©m da revogaÃ§Ã£o da prisÃ£o de Scamatti, a corte determinou ainda a transcriÃ§Ã£o completa das conversas que constam da denÃºncia. Por 2 votos a 1, a Turma acolheu o HC tambÃ©m impetrado pela defesa de



Scamatti.

O julgamento havia sido interrompido no dia 8 de outubro, após pedido de vista do desembargador José Lunardelli. Até aquele momento, o placar estava 2 a 0 contra o pedido da defesa. O relator, Marcio Mesquita, e o desembargador Toru Yamamoto entendiam que a defesa podia ser feita com o recebimento das mídias. Lunardelli entregou seu [voto](#) nesta terça-feira, abrindo a divergência, que acabou prevalecendo com a mudança de posição de Yamamoto.

Com as decisões da última terça-feira, o TRF-3 impõe mais uma derrota às teses da acusação. Em abril, ao soltar seis pessoas, [a corte criticou o MPF por ter pedido as prisões preventivas depois de a Justiça Estadual tê-las revogado](#). Dias antes, o Tribunal de Justiça de São Paulo havia considerado que os acusados não tinham como dificultar as investigações pois foram cumpridos 160 mandados de busca e apreensão, nos quais foi recolhida grande quantidade de documentos em residências e repartições públicas.

Clique [aqui](#) para ler o voto-vista.